

CORREIO POLÍTICO

Reprodução/vídeo



Presidente não viajou para a Rússia para o Brics

Após exames, Lula é liberado para viagens aéreas

O presidente Lula foi liberado para viagens aéreas após passar por novos exames de imagem neste domingo (10) no hospital Sírio-Libanês, em Brasília. Segundo o boletim médico, Lula “permanece sem sintomas, e o exame mostrou melhora em relação aos anteriores, devendo manter suas atividades habituais, com liberação para viagem aérea”. O presidente seguirá sob acompanhamento da equipe médica, liderada pelos médicos Roberto Kalil Filho e Ana Helena Germoglio. Até então, Lula estava autorizado a realizar apenas viagens de curta du-

ração e tinha sido orientado por seus médicos a evitar voos prolongados. Logo após o acidente doméstico, cancelou sua ida à Rússia para a cúpula dos Brics, tendo participado do evento por videoconferência. Lula teve um acidente doméstico no dia 19 de outubro, quando se desequilibrou e caiu de um banco. Ele bateu a cabeça e precisou levar pontos na nuca, além de ter sofrido uma pequena hemorragia. Desde então, passou por exames periódicos de ressonância magnética, que apontavam um quadro de estabilidade. Os pontos foram retirados no dia 28 de outubro.

Iano Andrade/ Portal Brasil



Análise da Controladoria focou em 20 ONGs

CGU vê irregularidades de emendas pix a ONGs

A CGU (Controladoria-Geral da União) constatou irregularidades em seis dos dez repasses de emendas Pix a ONGs analisados pelo órgão, com a indicação expressa pelo parlamentar de beneficiário ou do objetivo específico para a aplicação dos recursos, em valores que somam cerca de R\$ 13 milhões. De acordo com o órgão, não cabe a indicação pelo parlamentar de organização da sociedade civil como beneficiária nessa modalidade. Dentre os citados, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso, que nega irregularidades. A análise, elaborada por

determinação do ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), também identificou sobrepreço nas contratações, falta de capacidade técnica para a execução dos objetos e ausência de chamamento público para a escolha das ONGs. As emendas Pix são verbas direcionadas por parlamentares para o cofre de prefeituras e governos estaduais sem a necessidade de apontar como o recurso será usado. O tema está no centro de uma crise entre o Congresso e o Judiciário. Dino exige mais transparência para os recursos, e parlamentares dizem ver as digitais do governo por trás da atuação do ministro do STF.

Caso de Collor no STF vai ao plenário

O ministro André Mendonça pediu destaque e enviou o julgamento de um recurso da defesa do ex-presidente Fernando Collor para o plenário físico do STF (Supremo Tribunal Federal), quando já havia maioria de 6 a 2 contra o pedido. O ministro Alexandre de Moraes, relator do pro-

cesso, votou contra o recurso de Collor, seguido por Edson Fachin, Flávio Dino, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux. Os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli votaram pela redução da pena. Cristiano Zanin se declarou impedido porque atuou em processos da Lava Jato.

P20 termina em Brasília, fazendo prévia ao G20

Declaração final destaca reforma na governança global

Roque de Sá/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Na próxima semana, entre 18 e 19 de novembro, acontece a 19ª Cúpula do G20, o encontro das 19 maiores economias do mundo mais a União Africana e a União Europeia. De acordo com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, a prioridade no encontro será debater “a reforma da governança global, as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) e o combate à fome, à pobreza e à desigualdade”.

Mas dias antes do encontro dos membros do G20, parlamentares dos países que enquadram o G20 se reuniram no Congresso Nacional na 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos do G20 (P20), encontro global entre parlamentares que serve como uma “prévia” do que será debatido na Cúpula do G20, além de alinhar os discursos e argumentos de todas as partes.

No primeiro dia, na quarta (6), os parlamentares discutiram sobre a representatividade feminina em espaços de poder, desigualdade de gênero e os impactos globais em um recorte de gênero e raça. No segundo dia, quinta (7), o foco foi no combate à fome, pobreza e às desigualdades.

No último dia da Cúpula do P20, na sexta-feira (8), os convidados discutiram a importância do “Parlamento na construção de uma governança global adaptada aos desafios do século XXI”. A declaração final do P20, homologado na sexta,



Annelie Lotriet, vice-presidente da Assembleia da África do Sul; país sediará G20 em 2025

será entregue durante a reunião de cúpula do G20 no Rio de Janeiro. O documento está dividido em três eixos: o combate à fome, pobreza e desigualdade; as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) e a reforma da governança global.

Governança global

Na última sessão do evento, os líderes mundiais presentes apontaram que há a necessidade de um novo arranjo de governança global e criticaram a ordem mundial global na atual conjuntura.

Na abertura da sessão, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), destacou que o mundo enfrenta uma “crise multifacetada” nos aspectos geopolítico, econô-

mico e ambiental. “Queremos instituições internacionais mais transparentes e representativas”, afirmou.

“Se desejamos que os desafios globais sejam adequadamente debatidos e resolvidos, se desejamos que as instituições internacionais sejam respeitadas e suas decisões aceitas, é inevitável tratarmos da reforma da governança global. Precisamos discutir o papel crucial dos parlamentos nesse movimento, seja na participação em organizações internacionais, seja no debate e aprovação de acordos internacionais e na harmonização de políticas públicas em âmbito nacional”, pontuou Lira.

Na sessão, o presidente da Câmara transferiu a coordenação do P20 à África do Sul, país que sediará a Cúpula do G20

em 2025. Ao assumir o microfone do plenário, a vice-presidente da Assembleia Nacional da África do Sul, Annelie Lotriet, disse que o momento era histórico para o país e reiterou a importância de fortalecer os organismos internacionais.

“A presidência da África do Sul tem como lema o engajamento, a solidariedade, a igualdade e o desenvolvimento. Esse tema é um compromisso inegável da nossa nação com um multilateralismo robusto, tendo as Nações Unidas como base. Com o fortalecimento da cooperação internacional e regras de compromisso entre os países, poderemos alcançar solidariedade, paz, igualdade, direitos humanos e desenvolvimento para todos”, disse Lotriet.

Congresso volta focado em regulamentação de tributária

Pedro França/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Após a 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos do G20 (P20), a agenda do Congresso Nacional retorna à normalidade. Portanto, os senadores membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado voltam a correr contra o tempo para definirem o relatório final do primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024). Os parlamentares precisam se apressar para cumprir a expectativa da matéria ser votada e aprovada no plenário da Casa até dezembro.

“Um pilar fundamental da liberdade econômica é um melhor sistema tributário, então o que eu senti hoje aqui foi um grande apoio a reforma tributária e nós estamos muito entusiasmados com a possibilidade de votação ainda este ano, uma previsão de leitura de parecer pelo senador Eduardo Braga [MDB-AM], no final de novembro, aí é natural um pedido de vistas na CCJ em mais uma semana e levamos os primeiros dias de dezembro, tanto na CCJ quanto no Plenário do Senado”, declarou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em conversa com a imprensa no início do mês.

Nesta terça-feira (12), às 10h está agendada uma audiência pública para discutir as mudanças que a reforma tributária implicará no setor da saúde. Mais tarde no mesmo dia, às 14h30, será debatido o “regime



CCJ do Senado corre para votar PLP 68 até dezembro

aplicável aos serviços financeiros, incluindo concursos de prognósticos e split payment” – que é um mecanismo de pagamento dividido no qual um valor pago por um comprador é automaticamente dividido entre o vendedor e as autoridades fiscais no momento da transação.

Na quarta-feira (13), às 14h30, os parlamentares debaterão sobre dispositivos que tratam dos demais regimes específicos, com foco no setor hoteleiro, de turismo e de eventos.

No dia seguinte, quinta-feira (14), está agendada uma audiência às 10h para tratar do tema. Os parlamentares vão discutir “impacto do IBS [Imposto sobre Bens e Serviços] e da CBS [Contribuição sobre Bens e Serviços] sobre segmentos relacionados à infraestrutura e ao setor imobiliário”.

O PLP 68 institui os novos tributos: IBS, que será cobra-

do pelos estados e municípios, e CBS, que será cobrado pela União. Ambos irão compor o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, ou seja, os dois impostos terão a mesma finalidade de tributar o consumo. Paralelamente, a reforma também cria o Imposto Seletivo (IS), uma alíquota mais elevada para inibir o consumo de produtos que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

STF

Enquanto isso, o poder Judiciário também segue com uma pauta extensa. Nesta segunda-feira (11) e terça-feira (12), o Supremo Tribunal Federal (STF) realizará duas audiências públicas para debater sobre os impactos das apostas online (bets) no Brasil. A audiência foi convocada pelo relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7721, ministro Luiz Fux. Na ação, a Confedera-

ção Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) pede que a Lei das Bets (Lei 14.790/2023) seja declarada inconstitucional pelo STF.

Além disso, nesta segunda-feira é o último dia do julgamento virtual do Supremo que definirá se o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello será preso com uma pena reduzida ou não. Por seis votos favoráveis e dois contrários, a Corte já formou maioria para manter a condenação de Collor a um período em oito anos e dez meses de prisão. O ex-chefe do Executivo foi condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro em um esquema envolvendo a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, em maio de 2023. Collor teria recebido R\$ 20 milhões em propina para favorecer a UTC Engenharia em contratos com a BR Distribuidora.